

**ANÁLISE DO PAPEL DA MULHER AFRICANA PARA ENTENDER A
MULHER GUINEENSE**

FELIZMINA NANCASSA

licencianda em sociologia

**UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO BRASILEIRA (UNILAB)**

Instituto de Humanidades

E-mail: nancassa993@gmail.com

Resumo

Esse trabalho consiste em analisar o papel das mulheres africanas do período pós independência até o ano de 2017, ou seja, como elas são vistas e tratadas no seu contexto social, da mesma forma, visa trazer para discussão os elementos que muitas das vezes são invisibilizados, como as questões históricas das mulheres antes e pós colonização , pois essas narrativas, em sua maioria não é contada. Pontuar as questões passadas e presentes são um dos focos dessa análise, porque isso servirá para olharmos para situação das mulheres africanas, com foco central nas mulher guineense e não termos mais tantos motivos para menosprezá-las e desvalorizá-las, pois, seu passado nem sempre foi de submissão e opressão, mais sim como peça central nas sociedades africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Africana. Guiné-Bissau. Contexto histórico.

1- INTRODUÇÃO

Esta pesquisa centraliza-se na discussão do lugar da mulher africana no contexto social de África, enquanto apresenta um estudo sobre a questão histórica, com o objetivo de olhar para o passado histórico dessas mulheres, que na atualidade são reconhecidas como mulheres submissas, sem cultura e não civilizadas. Se para a cultura ocidental, os homens africanos são vistos como seres desprezíveis em estado bruto, as mulheres africanas são vistas como algo pior. A sociedade Europeia patriarcal do período colonial demonstrou que as mulheres só têm direito a fala caso não existam homens naquele meio ou, por assim dizer, elas não têm voz, são meras geradoras e donas de casa. Com isso para o mundo as mulheres africanas praticamente não constam quando o assunto é pessoa humana. Através deste e de outros trabalhos que expõem a mulher africana, seus feitos e contribuições na história, tem o propósito de que aos poucos as mulheres africanas sejam de fato reconhecidas e valorizadas.

Dentre os autores referenciados está Dove (1998), que em seu trabalho dedica-se a demonstrar como as mulheres são de extrema importância para a sociedade africana e como as intelectuais estão pesquisando para fortalecer o “Mulherismo Africano”. Entre as autoras destaca-se Clenora Hudson-Weems, Ifi Amadiume, Mary E. Modupe Kolawole, entre outras. “O Mulherismo Africano pode ser visto como fundamental para o contínuo desenvolvimento da teoria Afrocêntrica”. (DOVE, 1998, p.21).

A metodologia utilizada neste artigo foi a análise documental através de revisões bibliográficas, unido a minha vivência como mulher africana de Guiné-Bissau, tornando o domínio do tema de certa forma mais fácil de adaptar.

No primeiro ponto do artigo abordo a questão do lugar da mulher em sua própria sociedade e o fato de ser colocada como dona de lar e não chefe de família, uma posição inferior como reflexo da influência da colonização, analisando alguns fatores referentes a representação das mulheres na sociedade, além da historicidade da mulher africana.

No segundo momento, apresento a questão da visibilidade dessas mulheres e as contribuições vantajosas para os lugares onde elas predominam, e o fim será exposto uma breve análise sobre as mulheres guineenses, especificamente os contextos e situações variadas, dando ênfase as suas contribuições para a sociedade e falta de reconhecimento em muitas das circunstâncias.

2 - O PASSADO DA MULHER AFRICANA EM ÁFRICA, SEU LUGAR NA SOCIEDADE E A REPRESENTAÇÃO NA FAMÍLIA

Esse ponto é fundamental em nossa discussão, pois, para que se possa conhecer melhor um determinado assunto ou coisa, temos que primeiramente conhecer seu passado histórico para assim puder entendê-lo melhor e o conhecer de forma mais transparente. Hountondji (2008, p.02), aponta que “[...] a situação presente de qualquer sociedade decorre, direta ou indiretamente, do respectivo passado”. Nesse sentido, como anunciado anteriormente, pretendemos tratar da questão da mulher e sua representação na sociedade africana, como foco específico na sociedade guineense.

Ao fazer uso da teoria do Berço de Diop (1959/1990) Dove (1998) aponta que:

[...] o berço sul é a África, e o berço do Norte é a Europa criaram os modos de estruturas sociais quase antitéticas entre si. África, onde a humanidade se iniciou, produziu sociedades matriarcais. Com o tempo, a migração dos povos para o clime do Norte produziu sociedades patriarcais centradas no sexo masculino. DOVE, 1998, p.7-8).

O que demonstra mais um dos feitos do colonialismo, e assim como em outros momentos da história não foi contado da forma que devia ter sido. Um ponto importante também a ser analisado no seu contexto histórico é a matrifocalidade, Adesina (2012) afirma o seguinte:

Durante os períodos iniciais do crescimento da criança, a mulher é dependente do esposo num processo de rígida divisão do trabalho: o homem tem uma ação limitada, ou nenhuma, no desenvolvimento da criança, mas apoia a mulher que se encontra pré-ocupada com a educação dessa mesma criança. (ADESINA, 2012, p.197).

A mulher tem o papel de esposa e, ao mesmo tempo de mãe, nos seus períodos iniciais de nascimento da criança acaba tendo algumas dificuldades no que refere ao controle total dos aferes, principalmente na questão de busca de rendimento familiar, apesar de que existem muitas mães solo¹ que conseguem se manter sozinhas mesmo no período inicial de acompanhamento de seus filhos.

¹ Tradicionalmente conhecidas como “mães solteiras”, no Brasil vem sendo crescente o termo “mães solo” para definir aquelas que são as únicas ou principais responsáveis pela criança. O termo “mãe solteira” está diretamente ligado ao estado civil da mulher, o que nada tem haver com a maternidade.

Oyewumi (2004, p.04) fala sobre a questão da divisão de trabalho pelo sexo numa determinada família africana “[...] Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado”. A autora aponta que no contexto africano as mães não podem ser solteiras por definição, pois, a maternidade é definida como uma relação de linhagem e não como uma relação sexual com um homem.

No texto de Adesina (2012, p.200) podemos verificar através de algumas citações que o lugar da mulher não era só de ser esposa, mais sim de ter esposos, que ocupavam ocupar o lugar de marido e ainda com direito a não só um esposo mais sim vários “A instituição de ‘primeiras filhas’ significa que tanto elas como os homens podem ter várias esposas”. Esse parágrafo nos leva a uma profunda reflexão com relação às mudanças que ocorreram desde aquela época até os nossos dias atuais e serve também para ressaltar a importância de conhecer uma determinada história antes de qualquer julgamento. Se hoje a maioria de sociedades em África vivem o patriarcado, no passado, as mulheres africanas nem sempre foram vistas como submissas aos homens, conhecer fatos como esses é o que nos ajuda a não afirmar acontecimentos que na sua realidade não é verídico.

Nas citações a cima referimo-nos a sociedade matriarcal, que é aquela em que a mulher é considerada como alicerce e voz principal na maioria das famílias de uma dada sociedade, e também referenciamos a sociedade patriarcal, que é aquela em que o homem detém a voz principal na família.

Oyewumi (2004, p.06) apresenta uma terceira sociedade que não é definida pelo gênero mais sim pela idade,

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas (OYEWUMI 2004. p.06).

Essa sociedade é não-generificada porque não possui um modo comum de classificar uma sociedade do modo que estamos acostumados a ver ou a conhecer.

A questão da historiografia é sempre muito importante para qualquer contexto, serve tanto para nos aprofundarmos mais em um determinado assunto, como para desmistificar outras tantas coisas, como aponta Adesina (2012):

O que Diop, Amadiume e Oyewumi pretendem demonstrar é a importância da sociologia histórica; uma sociologia que recua a períodos anteriores ao colonialismo tardio e mostra como as influências indo-europeias remodelaram profundamente muitas sociedades africanas – um processo que está ainda em curso (ADESINA, 2012. p.205).

Segundo Chagas (2011, p.07) “no Egito antigo, a presença de homem e mulher no exercício do poder não pressupunha a superioridade de um sobre o outro, mas a partilha de responsabilidades e o uso fruto dos benefícios desse exercício”, esse fato não ocorria somente no Egito antigo, mais nas diversas partes do continente africano. A chegada do colonizador e da ideologia da superioridade transformou a sociedade, pois a mulher nas sociedades africanas era uma ameaça para o colonizador por possuírem poder e influência, com isso foi estabelecido como meta a derrubada do matriarcado ao alegar a inferioridade da mulher nas sociedades em que o patriarcado se instala e isso passou a prevalecer.

Conforme o artigo de Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE, 2015, p.7) “a luta pela emancipação feminina, contesta a forma da dominação masculina em todos os aspectos sociais. A maior transformação foi verificada na classe média e classe alta, onde a mulher avança em suas conquistas”. Conquistas essas que durante e após a colonização foi contado de outra forma, visto que, na África pré-colonial as mulheres tinham seus próprios lugares, não existia a necessidade de travar nenhuma luta para conquistar seu espaço. A superioridade do ocidente fez com que os homens passassem a assumir o controle de tudo e colocarem a mulher no lugar de nada, como ressalta Chagas (2011):

A diferença na organização social dos africanos em relação aos europeus levou os estudiosos ocidentais a ratificarem a superioridade do patriarcado como modelo de organização social e política e uma prática inerente aos europeus, assim eles legitimaram a superioridade da cultura europeia em relação à africana. Em contrapartida o matriarcado fora considerado um estágio inferior e legítimo dos africanos (CHAGAS, 2011, p.3).

Por razão do matriarcado perder a legitimidade em África, muitos filhos quando nascem no ceio de uma família em que só a mãe é a responsável pela educação do filho,

parte da sociedade dá um jeito de menosprezar a educação daquele filho pelo fato de não ter a participação do homem, mais o que essas pessoas esquecem é que em muitos casos esse filho é o maior exemplo numa dada sociedade, pois, são ensinadas todos os tipos de valores morais e sem contar os aprendizados do dia a dia. Nesse sentido o autor aponta que:

No processo de organização social e política dos africanos, a matrilinearidade delegava a mulher poder de comando e decisão. Em função desse modelo de organização a mulher não se limitava a participação no poder ao lado do homem, mais também era quem decidia sobre as questões políticas, administrativas e econômicas. Desta feita, era a responsável direta pelos destinos e manutenção das comunidades tradicionais (CHAGAS, 2011, p. 2).

O colonialismo trouxe muitas mudanças para os povos africanos, e agora o que nos resta não é lamentar mais sim olhar para frente e realizar futuras mudanças.

3 - CONTRIBUIÇÕES DE MULHERES AFRICANAS NAS SUAS SOCIEDADES

A mulher africana não se define, assim como as infinitudes das suas contribuições, na sua casa, em sua família e na sociedade, ela é sempre protagonista da sua própria história, mesmo que às vezes ela não se aperceba disso ou que tentem ofuscá-la perante as suas ações e capacitações, nesse artigo explicam-se alguns feitos de mulheres africanas, digo alguns, pois, são inúmeras contribuições dadas por elas ao longo dos séculos.

Dove (1998, p.19) indica que:

A bravura dessas mulheres tem alimentado na gênese dos movimentos Pan-Africanistas e nacionalistas negros, reconhecida ou não. Na situação contemporânea, mulheres Africanas escritoras como Ifi Amadiume (1987), Filomina Chioma Steady (1987), Niara Sudarkasa (1987), Rosalyn Terborg-Penn (1987), Hazel Carby (1982), e outras destacam os papéis críticos que mulheres em toda a África, de Moçambique, Angola, Namíbia, África do Sul, Nigéria e Quênia, por exemplo, têm se empenhado nas lutas pela independência da dominação européia. No entanto, como resultado do patriarcado ocidental, os homens foram vistos e promovidos como as principais representações, enquanto as mulheres receberam menos reconhecimento ou crédito (DOVE, 1998, p.19).

Em muitas pesquisas publicadas e várias histórias já contadas através do tempo, se sabe que a mulher em África fez grandes contribuições para sociedade, mas essa

importância nunca foi valorizada, enquanto outrora os méritos são passados para os homens, pois, dar-se ao sexo masculino a genialidade, a capacidade de pensar grande. Essas e outras situações foram impostas a mulher, tornando o seu papel inferior dentro da sociedade, tirando-a de qualquer posição que possa lhe colocar a frente de um homem. Dove (1998, p.19) expõe que “[...] este amor é em si a semente da revolução, porque é antitético à crença dominante na superioridade branca. Como pode a mãe Africana acreditar que seu filho é inferior ao filho de seu opressor?”. Nessa passagem, Dove nos mostra que existiria uma grande barreira no processo da colonização se fosse as mulheres a comandarem as sociedades africanas, porque uma mãe sente muito mais a dor de um filho do que o pai e não existiria ninguém acima de seu filho.

Foé (2013, p.180) em seu trabalho nos fala da destruição da África pelos Europeus “nos tempos modernos, a África é de fato o continente que viu suas crianças reduzidas a escravos e deportados, seus territórios ocupados e colonizados, suas religiões e suas línguas destruídas e substituídas”.

A vida da mulher africana é uma luta constante, hoje se conquista algo e amanhã já se encontra travando outra luta. O Programa de Apoio aos Atores não Estatais (2015) nos mostra que:

Assim, na base na dedicação das mulheres para o acesso ao trabalho remunerado, liberdade de expressão, educação, a conquista de altos cargos políticos, a diminuição de casamento precoce e forçado, tem vindo a trazer mudanças significativas que obrigam os homens a reconsiderar a sua posição de agir frente às mulheres e sobre si mesmos (PAANE, 2015, p.07).

Se os direitos humanos fossem aplicados, nenhuma mulher precisaria passar por tanta humilhação e falta de consideração, como aponta Paane (2015, p.11), “por exemplo, em algumas comunidades, as famílias rotineiramente optam por dar os filhos oportunidade de ter uma formação superior, e manter as suas filhas em casa para ajudarem nos trabalhos domésticos”. Por essas e outras que as crianças crescem acreditando que o sexo masculino é superior ao feminino, e que meninas e mulheres não são capazes o suficiente para enfrentar qualquer dificuldade, independente da área ou situação, as mulheres são rotuladas como donas de casa incapazes de exercer outra função, e é necessário um despertar absoluto de consciência de todas as mulheres, para que as futuras gerações não sofram grandes sequelas como as passadas.

“O fortalecimento das meninas perante as suas capacidades de fazer escolhas sobre o seu futuro e desenvolver senso de meninas, a autoestima e sua crença na sua própria capacidade de controlar suas vidas”. (PAANE (2015, p.11). Empoderar-se é uma das vias para combater a opressão e o machismo abusivo, é também um meio para se sentir bem consigo mesma e tomar sua própria decisão e ter a capacidade de decidir qual é o seu lugar na sociedade.

No que diz respeito a equidade de gênero, podemos começar olhando pelos direitos humanos que inclui homens e mulheres como seres com direitos e deveres iguais em todos os aspectos. Santos (2014, p.14) “Na história, os Direitos Humanos relacionados com as mulheres têm sido alvo de várias violações e discriminações ao longo dos anos, tendo sido esquecidas e discriminadas diversas vezes e têm assistido à violação e desrespeito dos seus direitos”. Embora existam muitas leis aprovadas que apontam os direitos, eles não são cumpridas, mulheres e homens em todas as sociedades não têm as mesmas oportunidades no mercado de trabalho e muito menos acesso ao ensino superior, tendo em conta que há algum tempo as mulheres se quer tinham direito a ir para escola. Segundo Gomes (2010, p.02) “a investigação científica demonstra que a presença de um elevado número de mulheres na vida política leva a uma mudança de prioridades, diminui a corrupção e melhora a qualidade de governação”, e por outro lado a Santos (2014, p.14) “Começa a assumir-se[...] que a intervenção das mulheres na preservação da ordem social, na educação das famílias e sociedades, na promoção de uma cultura de paz nas comunidades e sociedades devastadas por conflitos é determinante e essencial”. A partir desses e de outros fatores que se percebe a necessidade da participação de mulheres nos seios de decisões políticas sobre uma determinada sociedade.

Ao apontarmos o papel da mulher nas sociedades africanas é de suma relevância citar as mulheres que caminharam juntamente com os homens na luta de libertação nacional, para Hacker (1981 apud SANTOS 2014) “do século XIV ao século XIX, se não antes, a presença das mulheres nos exércitos não era apenas normal, era fundamental. Os exércitos não poderiam ter funcionado bem, talvez nem tivessem funcionado de todo, sem o serviço das mulheres” e quando foram nos contar a respeito da luta de libertação só se falaram de homens como heróis nacionais e sem mencionar nenhuma mulher, Gomes (2010) nos fala que:

Se, por um lado, as políticas coloniais modernizadoras e a sua continuação nos primeiros anos de independência procuraram definir uma mulher africana com valores europeus e com pouco poder de

decisão na esfera política e social, por outro lado houve uma parte das mulheres que não foram incluídas nesse processo e que acabaram por jogar um papel fundamental nas lutas de libertação nacional (GOMES, 2010 p. 07).

A representação da mulher africana é ofuscada e isso é algo muito notório em toda sociedade africana, e é tão frequente que acaba sendo naturalizado, sendo este o reflexo das mudanças de mentalidade que o povo africano sofreu na colonização. Nos registros históricos é possível verificar os moldes impostos pelo colonizador, as mulheres não podiam se elevar a frente dos homens e os colonos levavam essas práticas muito a sério, ao ponto de que as mulheres acreditaram ser inferiores, o que é vivenciado até nos dias atuais. Para que a mulher seja aceita em determinado lugar ou contexto, tens que pensar igual ao seu colonizador e se colocar no lugar de inferior a um homem. Gomes (2010) segue argumentando:

No entanto, na fase pós-independência, os espaços de representação política das mulheres foram ocupados por aquelas mulheres “modernizadas” e educadas segundo o modelo colonial, geralmente cristãs, relegando para segundo plano as mulheres que participaram de forma activa no processo de independência (GOMES, 2010 p. 07).

Da mesma forma que algumas mulheres tiveram que interpretar o papel de seguidoras do modelo colonial, hoje em dia ainda se vê muitas mulheres seguindo as mesmas representações para ter acesso a certas regalias ou até mesmo seu pão de cada dia. Não se pode culpabilizar tais mulheres, pois suas ações são involuntárias, em razão de, desde que nasceram aprenderam que devem ser submissas aos homens, não tendo outras referências, outras formas de existir se não daquela forma.

A condição da mulher no mundo e principalmente em África teve e ainda terá muitas fases e sofrerá muitas transformações ao longo do tempo, como tem acontecido no Brasil e em tantos outros países do mundo. Os avanços estão se somando e as conquistas se alastrando, como apresenta a autora ao citar Angola:

no caso angolano, verificaram-se progressos importantes no sentido da melhoria da condição feminina; apesar dos 27 anos de guerra civil que o país atravessou e que viram o seu fim somente em 2002 com a assinatura do Memorando de Luena, houve uma vontade por parte das instituições em favorecer o desenvolvimento das mulheres (adesão em 1981 ao Protocolo de Banjul, ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres-CEDAW, Código da Família de 1988 que estabelece a igualdade de

direitos entre homens e mulheres na família, filhos e propriedade, entre outros) (GOMES, 2010 p.08).

Angola faz parte da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além da língua em comum, estes países tem em sua história a colonização portuguesa. A imposição da língua é uma dominação do existir, pois é uma imposição, a qual a sociedade africana foi obrigada a aprender, negando a sua língua tradicional e suas culturas, transformando a sociedade drasticamente.

Gomes (2010) também aponta os progressos ocorridos em Cabo-Verde,

Cabo-Verde apresenta uma longa trajetória de institucionalização da igualdade de gênero na administração pública graças à estabilidade política interna de que goza desde o momento da independência de Portugal em 1975. O Estado tem conseguido coordenar de forma transversal as suas ações políticas e a concertação entre organismos públicos, privados, ONG e sociedade civil tem dado bons resultados (GOMES, 2010 p.08).

Aos poucos o Estado vai se dando conta das injustiças cometidas contra as mulheres, sendo que para uns é mais fácil admitir os erros do que para outros, mais é tudo um processo, desde que as mulheres não retornem a serem esquecidas nas cozinhas e no cuidado de lares familiares, é possível enxergarmos uma revolução. Ainda segundo Gomes (2010),

no caso de Moçambique, o processo de paz iniciado a partir de 1992 abriu as portas às mulheres para uma maior participação a nível das instituições de governo. Todavia, apesar de o país contar hoje com um forte mecanismo de apoio às questões de gênero, o “Ministério da Mulher e da Acção Social”, relativamente bem-dotado de recursos e capacidades, os avanços reais em matéria de igualdade de gênero estão muito aquém dos objetivos propostos (GOMES. 2010 p.08).

Esses acontecimentos foram marcados com base na dedicação de movimentos e associações de mulheres que lutam por seus devidos lugares de direito, e também para que seus filhos e filhas possam viver numa sociedade em as mulheres também tenham voz e em que os homens consigam olhar para uma mulher como ser humano igual a ele, com os mesmos direitos e privilégios, para que uma mulher nunca mais precise se sentir inferior na frente de um homem só pelo fato de ser do gênero oposto.

4. PAPEL DAS MULHERES NA GUINÉ-BISSAU

Para analisar a situação de Guiné-Bissau, é necessário contextualizar a geografia desse país africano, que embora seja pequeno no tamanho mais enorme em termos de conteúdos históricos.

Segundo dados de Santos (2014) Guiné-Bissau fica situada na costa Oeste da África, tem uma área de 36.125 km² e uma população estimada em 1.500.000 habitantes, na qual 51,4% são mulheres e 48,6% são homens. Geograficamente é constituída por uma faixa continental e pelo Arquipélago dos Bijagós; Quanto a população é composta por várias etnias com seu próprio idioma, com hábitos diversos e estruturas sociais distintas. Cerca de 99% da população pertence a etnias guineenses (Balanta 30%, Fula 20%, Manjaco 14%, Mandinga 13%, Papel 7%) e somente 1% tem origens não guineenses. Cerca de 45% são muçulmanos (sobretudo os Mandinga e Fula do Norte e Nordeste).

Em sua maioria, a população dedica-se à agricultura, existindo uma discrepância entre o número de pessoas na cidade e no campo: o total de população residente na zona rural é 60,4% e na zona urbana é 39,6%²². Entre a população guineense, mais de metade da população é potencialmente ativa (54,1%) e mais de um terço é ativa ocupada (37,7%). A mulher constitui a maior parte desta população ativa, representando 56,1% desta (INSTITUTO DA MULHER E DA CRIANÇA, 2011).

Segundo Guerreiro, (2008 apud CARVALHO, 2011) a antiga colónia portuguesa, tornou-se independente em 1974 (embora tenha sido proclamada em 1973 pelo lado guineense), após 15 anos de luta armada pela independência. Com a independência verificou-se um esforço para o avanço da democracia, tendo as primeiras eleições legislativas e presidenciais sido realizadas em 1994. No entanto, um período de grande instabilidade conduziu o país a um conflito político-militar de junho de 1998 a maio de 1999.

A língua oficial do país é o Português, que é falado por cerca de 15% da população, sendo que esta percentagem cresce gradualmente. Também é a língua ensinada nas escolas primárias e secundárias do país. Todavia, a maioria dos guineenses fala o crioulo², uma síntese do português e de línguas africanas, sobretudo do Mandinga. Em virtude da sua conotação positiva como língua franca historicamente evoluída e por

² Crioulo da Guiné-Bissau é a língua mais falada no país, serve como elo de comunicação entre as diversas etnias existentes na Guiné e surgiu na tentativa de comunicação entre os povos nativos e a colónia portuguesa.

ser bastante usada (por cerca de 90% da população guineense), o crioulo facilita a comunicação entre as etnias.

Sendo um país em desenvolvimento, a Guiné-Bissau enfrenta muitas dificuldades econômicas que acaba afetando diretamente outros setores principais para a estabilidade de uma sociedade. Segundo o artigo de Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325-2000 (2010, p.04),

ao nível económico, a Guiné-Bissau faz parte do Grupo de Países Menos Avançados (PMA). A instabilidade político-institucional dos últimos anos explica aproximadamente a degradação constante dos principais indicadores macroeconómicos. A subida da pobreza é acentuada no país, de acordo com o resultado do Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza: quase 64% da população guineense vive com menos de dois (2) dólares americanos por dia e 20% com menos de um (1) dólar americano por dia. Em relação à educação, a taxa de analfabetismo é 73%, (85,5% das mulheres e 59,4% dos homens) e a taxa bruta de escolarização de 69% (53% dos rapazes e 38% das raparigas) (PAN, 2010 p.04).

A questão económica segundo Instituto da Mulher e Criança (2011 apud Santos 2014, p.73) aponta que “no total da população a taxa de atividade é de 54,1%, nos quais 56,1% é referente às mulheres e 43,9% é em relação aos homens. A taxa de desemprego no país é de 10,5% (24,6% das mulheres e 75,4% dos homens)”. Ao nível político segundo Barros e Semedo (2013, p.45) “volvidos quase vinte anos após a realização das primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau, não chega a quinze (15) por cento o número de mulheres que participaram no governo, em catorze (14) executivos”, e o país conheceu uma luta armada de libertação nacional que durou 11 anos contra o então colonialista Português à qual as mulheres guineenses participaram ativamente.

Ao começarmos a falar da questão da mulher guineense, é de suma relevância citar o Artigo 24º da Constituição da Republica da Guiné-Bissau, (2019, p.62) “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica”. Direitos esses que são constantemente violadas de todas as formas possíveis. Quando as mulheres são dadas o papel de cuidadoras de lar, desde a organização doméstica até na organização de seus filhos, e aos homens é dado o papel de mais capacitado para gerencias, de assuntos que exigem mais esforço físico e mental, para Gomes (2015) “as categorias historicamente apresentadas e assumidas como sendo as de definição, tenderam a operar numa base dicotômica, evidenciando a dualidade ‘homem-

mulher', em que tendencialmente o masculino se assumiu como superior". (GOMES, 2015, p.170).

Muitas famílias na Guiné-Bissau são sustentadas só por mulheres, em muitos casos isso acontece por causa do abandono de lar por parte do homem ou pela viuvez, e nesses casos as famílias apresentam uma melhor estabilidade, segundo Santos (2014, p.76) "na Guiné-Bissau, o número de pessoas que vivem num agregado familiar dirigido por uma mulher é estimado a 163.918 para um total de 1.181.641, representando 13,9%" Segundo Sylla (2002, apud SANTOS, 2014),

a pobreza é mais frequente nos agregados familiares cujos chefes são homens: 66,1% dos indivíduos que pertencem a agregados familiares dirigidos por homens são pobres contra 56,1% daqueles que vivem em agregados familiares dirigidos por mulheres. Seja qual for o meio, as pessoas tendo as mulheres como chefes de agregados familiares são relativamente menos pobres do que aquelas dirigidas por homens (SANTOS, 2014 p.76).

Essa afirmação demonstra o quanto as mulheres contribuem de uma forma positiva para a sociedade, não que os homens não contribuam, mas as mulheres contribuem mais e nunca são reconhecidas pelo que fazem, o mérito fica único e exclusivamente para os homens mesmo que não façam nada. As mulheres são batalhadoras, porque, mesmo não tendo as mesmas oportunidades que os homens de trabalho, elas não deixam de trabalhar, muitas optam por trabalhos menos remunerado como agricultoras, vendedeiras ou fazendo trabalhos domésticos para ganhar alguma dinheiro, e dão um duro danado para conseguir sustento para seus filhos e muitas vezes para seus maridos também. Gomes (2010),

analisa o caso das comerciantes Bideras da cidade de Bissau que exercem por conta própria algumas atividades económicas não controladas pelo Estado, como forma de responder às inúmeras exigências familiares (subsistência, educação dos filhos e compromissos sociais) (GOMES. 2010, p.09).

Com isso, percebe-se que as mulheres dominam muito mais o setor informal, enquanto que os homens por serem considerados capacitados para gerências, dominam mais a área formal, para Santos (2014, p.77) "e por isso que eles constituem a maioria dos empregados nos sectores públicos e privados com 69,1% dos efetivos, na administração pública e nos órgãos de soberania encontram-se 29 mulheres para 100

homens e apenas 27 nas empresas públicas”. O número é ainda menor nas empresas privadas com apenas 2 mulheres para 100 homens. Se formos olhar para área da educação os rapazes têm a tendência de continuar na escola com maior número que as mulheres devido a certos fatores (Instituto da Mulher e Criança 2011 apud Santos 2014).

taxa líquida de frequência nas Escolas Secundárias representa 19,9% das raparigas e 27,3% dos rapazes. Esta disparidade aumenta com a idade dos alunos, devido ao maior abandono por parte das raparigas à medida que crescem, sendo de 16,8% para as que têm 17 anos. As causas para este abandono escolar das raparigas e dos rapazes são diferentes demonstrando ainda mais as desigualdades de género. O abandono pela rapariga pode ser justificado principalmente pela gravidez (17,0%) e pelo casamento (17,2%), e o do rapaz à necessidade de trabalhar (38,6%) e ao desinteresse (19,1%). Outras das causas são o nível de rendimentos da família, a distância para se chegar ao estabelecimento escolar e a residência no meio rural (SANTOS, 2014 p.78).

Outro fator que também ocorre na área da educação é a questão do silenciamento da mulher nas salas de aula, as meninas são intimidadas pelos meninos, através de comentários insignificantes e de desprezo perante a fala desta. As mulheres são sempre rotuladas com determinados empregos, por serem consideradas cuidadosas e terem muita ligação com seus filhos, na Guiné-Bissau em jardim de infância na sua maioria, só se encontra mulheres como professoras e assim também que as enfermeiras no hospital são na sua maioria mulheres, essas e outras profissões ligadas ao cuidado e delicadeza são sempre ditas femininas.

Sobre a questão do trabalho informal das mulheres na Guiné-Bissau, Sanca (2014, p.14) vai nos explicar que um dos motivos desse fato é a questão cultural e a situação econômica do país, são dois fatos presentes desde a era pós-independência, e ainda segundo a autora “esta realidade tem grande impacto na população feminina e reflete na evasão periódica na educação para ocupação na atividade de colheitas, principalmente de caju, entre outros”. A questão da falta de alfabetização feminina sempre foi um dos motivos do afastamento das mulheres nos mercados de trabalhos, pois existe um senso comum que determina que mulheres não devem frequentar a escola e muito menos serem preparadas para o mercado de trabalho formal. Para debater esses assuntos e assim como outros, Gomes (2015, p.183) expõem que em 1988 foi realizado o II Congresso da UDEMU (União Democrática das Mulheres), que é uma organização de mulheres guineenses do Partido Africano para Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde

(PAIGC), em que foi discutido assuntos acerca da situação das mulheres no país no âmbito da política, “o discurso a prática e os obstáculos do processo de emancipação), à família (as leis, os costumes e as tradições, a união de fato, o casamento tradicional, a escolaridade, as problemáticas do sistema de educação)”, assim como, o papel das mulheres nas diferentes realidades sociais (importância na agricultura e na produção alimentar, a divisão social do trabalho nas diferentes realidades étnicas, as contradições do sistema produtivo, em relação às mulheres, a produção artesanal).

Ao tratar sobre gênero, principalmente na Guiné-Bissau podemos dizer que é um dos assuntos pouco discutidos nos espaços de convívio social e muito menos no setor acadêmico, mas que pouco a pouco as pessoas vão se familiarizando e dando espaço para essa discussão. Gomes (2015, p.188) “pouco espaço foi atribuído aos estudos de gênero na produção nacional o que, entre outros fatores, se explica pela exígua presença feminina no mundo acadêmico, no país e na diáspora”.

Assim como a autora, acredito que essa realidade esteja se transformando a cada dia que passa, as mulheres estão ocupando espaço no setor acadêmico tanto no país assim como na diáspora e são numerosas as contribuições dadas por elas através de diversos projetos de pesquisas, como por exemplo as mulheres guineense que estudam na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira(UNILAB) tanto no Ceará como na Bahia, que ao final de cada semestre apresentam apresentadas diversos trabalhos com foco nas mulheres na Guiné-Bissau, entre outras temáticas que dizem respeito ao país.

Na Guiné-Bissau os movimentos sociais, que são os agentes pela busca de direitos, são pouco visto, mas os poucos que existem resistem, lutam pelos direitos das mulheres para terem acesso as atividades educativas. Segundo Sanca (2014, p.14) “os movimentos sociais no âmbito de luta pelos direitos das mulheres têm se intensificado ultimamente na Guiné-Bissau, como forma de minimizar os efeitos da desigualdade entre os gêneros presentes naquele país”.

A partir da perspectiva que debater sobre o assunto é uma maneira de levar o outro a pensar sobre isso, acredito que o tema deve ser discutido todos os dias e em todos os espaços, para que mulheres e homens tenham consciência de seus lugares na sociedade.

Ao pontuar sobre o mercado de trabalho para homens e mulheres, é importante salientar que isso também é um obstáculo para a mulher nos demais continentes, pois os artifícios do capitalismo denotam uma superioridade entre os gêneros e todos aqueles que são diferente da figura masculina branca, ou seja, os tratamentos dentro do trabalho

formal repetem a superioridade do homem sobre as mulheres, que acabam ganhando um salário, como afirma Sanca (2014, p.55) “embora haja um crescente aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, as dificuldades enfrentadas por elas para inserir no mercado de trabalho ainda são muito grandes”, e não só a autora vem afirmar que:

as desigualdades entre o homem e a mulher, ou seja, desigualdades de género, expressam-se através dos estereótipos e prejuízos veiculados, de práticas discriminatórias que conduzem a uma oferta diferente de oportunidades, e conseqüentemente a níveis diferentes de participação no processo de desenvolvimento e na governação. Menos alfabetizada, menos formada, sujeita mais do que o homem aos factores de riscos para a sua saúde, e com menor acesso aos factores de produção e às esferas de decisão, a mulher guineense não pode participar plenamente na garantia da paz, da segurança e da obtenção de resultados em matéria de desenvolvimento, que constituem hoje os alicerces incontornáveis da melhoria das condições de vida e do bem-estar da população no país (PNIEG 2011. p. 11).

A Política Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género - PNIEG (2011, p.32) afirma que a “ análise da situação em matéria de IEG e da capacidade interna em promove-la revela que muito ainda se tem que fazer em todos os sectores de desenvolvimento e níveis de governação, para reconhecer, situar e valorizar o potencial que representa a mulher” tanto no tange o desenvolvimento como para a governação.

Mesmo compreendendo que não será fácil, pois ainda temos muito trabalho pela frente, com relação a mudança da realidade e mentalidade, acredita-se que um dia haverá, pois as mulheres guineenses assim como qualquer qualquer individuo dentro da sua sociedade, é capaz de fazer grandes mudanças e transformações, porque cada ser humano deve ser avaliado pela sua capacidade intelectual e moral, e não por causa do género, cor ou raça.

Outro ponto que não deve ser esquecido é a saúde dessas mulheres e as condições dadas a elas pelo seu próprio país. Compreendemos que acesso ao sistema de saúde é vital para a existência do ser humano e é algo que devemos sempre manter em primeiro lugar, mas segundo PNIEG (2011, p.42) “ a Guiné-Bissau confronta-se com graves problemas no que respeita tanto o nível da saúde da população como as capacidades institucionais em garantir uma oferta de serviços de qualidade e aos factores de riscos socioculturais, afectando particularmente a mulher”.

As instituições de saúde são debilitadas, com isso a melhoria da saúde da população em geral não é um plano fácil. A falta de educação sexual tanto em casa como

nas ruas, faz com que muitas meninas e mulheres não conheçam seu próprio corpo na questão da forma de funcionamento e as formas como podem se prevenir para não ter uma gravidez precoce ou indesejada. Segundo PNIEG (2011),

estes condicionalismos estruturais representam para a mulher, factores agravantes dos riscos conjunturais aos quais se confronta, nomeadamente: a distancia do centro sanitário, os fracos rendimentos, a falta de conhecimento em relação aos modos de transmissão e de prevenção, a promiscuidade sexual e a prevalência da violência sexual dentro e fora do AF. A pobreza, a juventude e o analfabetismo constituem factores agravantes da incapacidade da mulher em transgredir as escolhas e a autorização do homem e em exercer os seus direitos humanos (PNIEG 2011, p.44).

Dar ênfase a esse ponto é relevante, porque o papel exercido pelas mulheres na sociedade guineense, suas contribuições e as vantagens de tê-las ocupando cargos que hoje são preenchidos em sua maioria por homens, só será possível com o acesso a saúde de qualidade e bons cuidados, assim como ter alcance a uma educação sexual minuciosa. Além da saúde debil, a mulher sofre violência a PNIEG (2011, p.55) aponta que “ a mulher não só sofreu directamente das agressões perpetradas durante e depois da guerra de libertação como continua sofrendo das consequências das destruições operadas e da consequente instabilidade político-institucional”. Um exemplo dessa violência isolada na sociedade é da República Democrática do Congo, em que cerca de 48 mulheres são estupradas a cada hora³, sendo que esse é um reflexo dos séculos de colonização, em que homens foram criados com ideias de que ser homem significa ser forte, ser capaz de sustentar sua família e ser dono de suas esposas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho surgiram muitos pontos que poderiam ampliar mais o conhecimento e as discussões referente a temática, mas em todos nota-se a importância do papel da mulher em África. As mulheres africanas devem ser valorizadas e levadas em consideração, pois a história nos conta a importância do seu papel social, seja nas batalhas pela independência e na economia, que seja no passado ou no presente, as mulheres devem ter seu merecido reconhecimento e devem ser respeitadas, assim como elas lutaram no passado, as lutas continuam no presente, mas

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48225486> Acesso em 10.ago.2019.

agora é a busca por espaço, reconhecendo as mulheres intelectuais e não intelectuais como uma continuação das lutas por uma sociedade mais justa.

A África não é somente do homem africano, mas também da mulher africana que lutou juntamente com o homem para libertação. Não deve ser esquecido que homens e mulheres batalharam juntos, não só os homens africanos merecem ser glorificados, porque as histórias populares contam sobre apagamento dessas mulheres no marco histórico e seus feitos serem passados para os homens. Acredito que quanto mais falarmos sobre os fatos e deixarmos de lado, poderemos um dia dar a devida importância a as mulheres africanas.

A questão da mulher guineense citada no último ponto é de suma importância para mim, pois sou uma mulher guineense, e vi e vivi muitas situações de desrespeito as mulheres. Reconheço que as nossas mães são símbolo de força e de resistência, porque no dia-a-dia delas pode se perceber o quanto lutam para botar comida no prato da sua família. Eu, assim como outras mulheres que escrevem e escreveram sobre a força das mulheres de Guiné-Bissau, temos contribuído para trazer à tona a nossa história.

Pensar e repensar essas situações da mulher em África é essencial, tendo como ponto a criticidade, pois deve-se distinguir as escrituras que falam sobre a mulheres africanas, separando as mentiras das verdades. A mulher guineense, assim como todas as mulheres africanas viveu e vive muitas injustiças sociais e fez e faz grandes contribuições a nação.

Esse artigo nos mostra a importância dos movimentos feitos por essas mulheres na luta pela igualdade social, com base nas questões da educação, que é fundamental para vencermos qualquer barreira e atingir metas positivas, como reescrever suas versões e explicar suas batalhas e glórias. Com o surgimento de organizações e movimentos sociais em Guiné-Bissau, que desenvolvem ações com as mulheres, e deste ponto dou ênfase as mulheres guineenses, foi oportunizado uma vasta contribuição e isto é algo muito significativo, porque, através das lutas dessas organizações e movimentos percebemos algumas mudanças, que resultarão em outras lutas e melhores condições, fazendo um resgate do passado dessas mulheres e que contribui para que as futuras gerações consigam viver em uma sociedade em que se sintam pertencentes e valorizadas.

REFERÊNCIAS

ADESINA, Jimi. **Práticas da Sociologia Africana: Lições de Endogeneidade e Gênero na Academia.** Dakar, CODESRIA, 2012.

Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas, Faculdade de Direito de Bissau. **Constituição da República da Guiné-Bissau.** Bissau, 2019.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **A condição da Mulher na África Tradicional.** João Pessoa-PB, outubro de 2011.

DE BARROS, Miguel, SEMEDO, Odete Costa. **A Participação das mulheres na Política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau-Da consciência, percepção á prática política.** 1ª Edição. UNIOGBIS, outubro de 2013.

DE CARVALHO, Andreia Margarida Pereira. **A Importância do Empowerment da Mulher para o Desenvolvimento.** Lisboa, novembro 2011.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana, Uma teoria Afrocêntrica.** Tradução de Wellington Agudá, volume 28, Jornal de estudos africanos, maio de 1998.

FOÉ, Nkolo. **África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica? Educar em Revista,** Curitiba, Brasil, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013. Editora UFPR

GOMES, Patrícia Godinho. **O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau. Uma abordagem preliminar.** Salvador, BA. 2015.

GOMES, Patrícia. **Equidad de Gênero: Desarrollo Y Cooperación- Algumas Reflexões Conclusivas.**

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos.** Disponível em: <<https://rccs.revues.org/699>> Revista Crítica de Ciências Sociais, março 2008: 149-160. Acessado em: 02. 03.2017

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series.** Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325 [2000]. **Guiné-Bissau Mulheres Paz e Segurança.** Editor Instituto da Mulher e Criança (IMC). Bissau, março 2010.

Política Nacional para a Promoção a Igualdade e Equidade de Gênero 2012-2015. Editor Instituto da Mulher e Criança (IMC). Bissau, dezembro 2011.

SANCA, Ilda. **A inserção das mulheres no mercado do trabalho na Guiné-Bissau.** Porto Alegre-RS, 2014.

SANTOS, Sara Isabel Palma. **O papel das mulheres nos processos de (re) construção da paz. O caso da Guiné-Bissau.** Évora, 2014.